

**PUC MINAS – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE ENSINO A DISTÂNCIA**

Guilherme Martins Andrade

**A APLICABILIDADE DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AO DIREITO
PENAL ECONÔMICO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CRIME DE LAVAGEM
DE DINHEIRO**

Brasília

2022

Guilherme Martins Andrade

**A APLICABILIDADE DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AO DIREITO
PENAL ECONÔMICO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CRIME DE LAVAGEM
DE DINHEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
em Direito Penal Econômico como requisito parcial
à obtenção do título de especialista.

Professor(a): Daniela Villani Bonaccorsi Rodrigues

Brasília

2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. DESENVOLVIMENTO.....	5
2.1 Apresentação do caso.....	5
2.2 Identificação das normas que regulamentam a matéria.....	5
2.3 Solução dada pelo Tribunal	7
2.4 Discussão da solução	9
3. CONCLUSÃO	12
REFERÊNCIAS	15

1. INTRODUÇÃO

A Teoria da Cegueira Deliberada surge com o intuito de punir o agente que age em cegueira intencional, que de forma deliberada prefere não conhecer acerca de circunstâncias fáticas penalmente relevantes de um suposto ilícito praticado. O ordenamento jurídico brasileiro não traz em seu bojo legislação específica no que tange à teoria citada, entretanto a jurisprudência e a doutrina equiparam a aplicação do instituto à modalidade de dolo eventual. Assim, o agente não deseja diretamente a realização do tipo penal, mas o aceita como possível e assume o risco de produzi-lo.

Apesar das críticas e discussões acerca desta teoria, ela é considerada um instrumento de grande valia para o Poder Judiciário, pois facilita a persecução penal pelo Estado e garante a punibilidade dos agentes que utilizam de determinados métodos com o objetivo de sobressaírem ao alegarem ignorância deliberada.

Constata-se que o instituto supracitado possui grande potencial de aplicabilidade na jurisprudência, embora tenha sido utilizado poucas vezes. Neste sentido, a partir das situações fáticas em que foi aplicado, nota-se o emprego de uma forma peculiar da cegueira deliberada em que pese sua equiparação a uma modalidade específica de dolo.

Desta feita, o presente trabalho visa estudar o instituto da cegueira deliberada e sua aplicação ao delito de lavagem de capitais. Dessa forma, serão analisadas as circunstâncias cabíveis para sua aplicação, bem como será verificado se há limitações para a aplicação da referida teoria.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Apresentação do caso

A cegueira deliberada é a autoria conferida ao agente que evitou conhecer determinado fato, seja por ações ou omissões. Trata-se de instituto vinculado à imputação subjetiva, responsabilizando-se exclusivamente a título de dolo eventual para efeitos punitivos.

Hodiernamente, é possível verificar que com o fenômeno da globalização e a complexidade da prática criminosa, impõe-se a necessidade de ampliar suas formas de prevenção, visto que, auxilia a persecução penal do Estado que busca evidenciar determinado fato delituoso, com o fim de analisar a real intenção do agente.

Não obstante, para que haja a condenação do responsável, defende-se a premissa de que a culpabilidade do agente que conhece do fato não é inferior à do agente que, podendo ter conhecimento do ilícito, prefere não o conhecer. Desta feita, pune-se de forma igualitária aquele que tem total conhecimento dos fatos e o indivíduo que se encontra em situação de desconhecimento, por opção própria.

Sabe-se que as decisões devem ser analisadas a partir da conduta e da vontade subjetiva do agente, ou seja, pela comprovação do dolo, para que não haja condenações baseadas em meras suposições ou presunções. Logo, embora existam diversos precedentes, ainda há uma forte resistência quanto à utilização da cegueira deliberada, encarregando-se a doutrina e a jurisprudência de viabilizarem sua aplicação.

O instituto supracitado teve grande visibilidade e repercussão político-social a partir do acórdão proferido no ano de 2012, pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470, vulgo Mensalão, no qual se trata de corrupção e desvio de dinheiro de origem pública. Diante disso, o Tribunal Superior aplicou a cegueira deliberada para o crime de lavagem de dinheiro, concluindo que o elemento subjetivo do tipo penal admitia dolo eventual, havendo então sua aplicação.

Logo, necessário se faz compreender o fenômeno da teoria da cegueira deliberada em todos os seus aspectos, para em seguida examinar a possibilidade de aplicação pelo sistema jurídico, sem que haja ofensa as normas do direito vigentes.

2.2 Identificação das normas que regulamentam a matéria

O delito de lavagem de dinheiro se mostra como um conjunto de ações com o fito de modificar, aprimorar, manipular o enquadramento jurídico de determinados capitais, bens e

outros valores imobiliários, de maneira a deixar oculta a ilicitude de sua origem, dispensando aos valores aparente licitude, quando de sua aquisição e movimentações subsequentes.

Ao se analisar a doutrina especializada sobre o tema é possível observar que não existe uma uniformização sobre a definição de tal delito, contudo, há um ponto em que a grande maioria dos estudiosos convergem, qual seja, considerar o crime de lavagem de dinheiro como um procedimento que visa dar aparência lícita a bens e valores envoltos de ilicitude.

Na concepção de Callegari (2001, p.49), o crime de lavagem de dinheiro seria: “a atividade de investir, ocultar, substituir ou transformar e restituir o dinheiro de origem sempre ilícita aos circuitos econômico-financeiros legais, incorporando-o a qualquer tipo de negócio como se fosse obtido de forma lícita”.

Além disso, o artigo 1º da lei 9613/1998, apresenta a seguinte conceituação normativa sobre o crime: “Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.”.

Observando-se as condutas típicas descritas no supramencionado artigo, da lei 9613/1998, e em seu §1º, pode-se denotar que não há empecilho na aplicação da teoria da cegueira deliberada, visto que tais ações vão ao encontro do dolo eventual, principalmente no que diz respeito à conduta de: “ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal” (§1º).

Em relação às condutas vaticinadas no Art. 1º, §2º, I, da Lei nº 9.613/1998, após a atualização legislativa promovida pela Lei nº 12.683/2012, as reticências quanto à aplicação da teoria da cegueira deliberada diminuiu sobremaneira. A doutrina especializada, em sua expressiva maioria, passou a admitir o dolo em sua modalidade eventual para a realização prática do tipo delitivo em questão.

Como fundamento para a mudança de entendimento, argumentou-se que a anterior redação do texto legal exigia a prática de quaisquer dos núcleos do tipo de forma consciente, devendo, pois, o agente atuar com dolo direto no chamado viés empresarial do branqueamento de valores.

Ao passo que, na novel redação, “utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal”, houve por bem o legislador suprimir a expressão “que sabe”, possibilitando assim a punição de qualquer pessoa, empresário profissional ou não, que deixe, propositadamente, de se inteirar sobre a origem ilícita dos bens utilizados em sua atividade, desde que presente a alardeada tríade de requisitos: suspeita justificada, disponibilidade da informação e manutenção intencional do estado de ignorância,

ou a dupla condição: elevada possibilidade de que os bens envolvidos serem provenientes de crime e ter o agente atuado de modo indiferente a esse conhecimento, a depender da corrente sobre os requisitos para aplicação da teoria.

Sobre as alterações trazidas pela Lei nº 12.683/2012, Lima assevera:

Na medida em que o caput do art. 1º, bem como os tipos penais do § 1º e § 2º, inciso I, da Lei nº 9.613/98, não fazem uso de expressões equivalentes, inexistindo referência a qualquer circunstância típica referida especialmente ao dolo ou tendência interna específica, conclui-se que é perfeitamente possível a imputação do delito de lavagem tanto a título de dolo direto, quanto a título de dolo eventual". (LIMA, 2017, p. 78).

Apenas no ano de 2007 verifica-se a incidência da teoria em estudo no julgamento da Ação Penal nº 470 pelo Supremo Tribunal Federal, referente ao escândalo de corrupção identificado pela mídia como mensalão. Na oportunidade, o Tribunal utilizou o instituto para fundamentar condenações de diversos acusados pelo delito de lavagem de dinheiro.

A aplicação da teoria da cegueira deliberada não encontrou unanimidade na Corte, tendo alguns ministros rechaçado, expressamente, a conformação dos preceitos primários dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 ao dolo eventual, decisão a qual será analisada no tópico que segue.

2.3 Solução dada pelo Tribunal

Neste momento, analisar-se-á o caso do Mensalão, o qual se mostra como um ponto central para a aplicabilidade da teoria da cegueira deliberada no sistema jurídico brasileiro, visto que fora a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal tratou do assunto.

Na oportunidade de julgamento da ação penal 470/2012, os ministros compreenderam pela importância de se incorporar o conceito de tal teoria ao caso em tela, nesse sentido importante destacar o posicionamento adotado pela Ministra Rosa Weber e pelo Ministro Celso de Mello.

Segundo o decano, a condenação por lavagem de dinheiro dos réus Paulo Rocha e João Magno, ambos deputados federais, e do ex-ministro de transportes Anderson Adauto, ter se dado devido à presença do dolo direto dos acusados, nas palavras do ministro, o mesmo entendeu que seria possível também a condenação com base na cegueira deliberada equiparada ao dolo eventual, conforme pode-se depreender do trecho que segue:

Admito a possibilidade de configuração do crime de lavagem de valores, mediante o dolo eventual, exatamente com apoio no critério denominado por alguns como 'teoria da cegueira deliberada', que deve ser usado com muita cautela. (Ação Penal

470, STF, Rel. Ministro Joaquim Barbosa. Trecho do voto da Min. Celso de Mello. Fl. 1273 do acórdão)

O ministro demonstrou que nos casos de cegueira deliberada, o agente finge não perceber determinada situação de ilicitude para alcançar a vantagem pretendida e evitar uma responsabilização na seara penal. Apesar de restar constatada a presença do dolo direto na situação fática analisada no caso em questão, caso a conduta dos réus fosse de deliberadamente evitar a consciência do delito, criando efetivas barreiras para impedir o aperfeiçoamento dos fatos, os três se encontrariam igualmente condenados. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012)

Da mesma sorte, entendeu a ministra Rosa Weber, em seu voto, a possibilidade da transposição da teoria da ignorância deliberada ao direito penal brasileiro, caso preenchidos três requisitos, quais sejam, (I) a ciência do agente quanto à elevada probabilidade de que os bens, direitos ou valores envolvidos provenham de crime, (II) o atuar de forma indiferente do agente a esse conhecimento, e (III) a escolha deliberada do agente em permanecer ignorante a respeito de todos os fatos, quando possível a alternativa. Assim, segue o voto in verbis da Ministra:

A admissão do dolo eventual decorre da previsão genérica do art. 18, I, do Código Penal, jamais tendo sido exigida previsão específica ao lado de cada tipo penal específico. O Direito Comparado favorece o reconhecimento do dolo eventual, merecendo ser citada a doutrina da cegueira deliberada construída pelo Direito anglo-saxão (*willful blindness doctrine*). Para configuração da cegueira deliberada em crimes de lavagem de dinheiro, as Cortes norte americanas têm exigido, em regra, (i) a ciência do agente quanto à elevada probabilidade de que os bens, direitos ou valores envolvidos provenham de crime, (ii) o atuar de forma indiferente do agente a esse conhecimento, e (iii) a escolha deliberada do agente em permanecer ignorante a respeito de todos os fatos, quando possível a alternativa. Nesse sentido, há vários precedentes, como *US vs. Campbell*, de 1992, da Corte de Apelação Federal do Quarto Circuito, *US vs. Rivera Rodriguez*, de 2003, da Corte de Apelação Federal do Terceiro Circuito, *US vs. Cunan*, de 1998, da Corte de Apelação Federal do Primeiro Circuito. Embora se trate de construção da *common law*, o Supremo Tribunal Espanhol, corte da tradição da *civil law*, acolheu a doutrina em questão na Sentencia 22/2005, em caso de lavagem de dinheiro, equiparando a cegueira deliberada ao dolo eventual, também presente no Direito brasileiro. Na hipótese sub judice, há elementos probatórios suficientes para concluir por agir doloso com dolo direto, pelo menos com dolo eventual se não, quanto a Pedro Corrêa, Pedro Henry, Valdemar da Costa Neto, Jacinto Lamas, estes dois na extensão do voto do Revisor, Enivaldo Quadrado e a Breno Fischberg. Estendo essa conclusão a Jacinto Lamas, na esteira dos votos do Relator e do Revisor, por sua posição relevante de tesoureiro do PL e envolvimento específico nos atos de lavagem consistentes na realização dos saques em espécie por interposta pessoa. Já quanto a João Cláudio Genu, não tenho a mesma segurança em reconhecer o agir doloso. Estando ele em posição subordinada, inviável concluir, com a certeza necessária a uma condenação criminal, que informado o seu agir por dolo direto ou eventual, especificamente quanto à ciência da procedência criminosa dos valores recebidos e repassados aos parlamentares. Então, presente dúvida razoável, há de ser absolvido. (Ação Penal 470, STF, Rel. Ministro Joaquim Barbosa. Trecho do voto da Min. Rosa Weber. Fl. 1273 do acórdão)

Como bem pontuaram os excelentíssimos ministros, a adoção da teoria deve ser precedida de muita cautela, em completa atenção aos seus requisitos caracterizadores, e evitando uma responsabilização penal objetiva dos acusados por lavagem de dinheiro. Vale repisar, não pode o livre convencimento do magistrado julgador ser alicerçado pela emoção e desejo de punir, os elementos objetivos devem dar a mais completa clareza de que o acusado estava em uma situação de dolo, e não de mera desídia ou imprudência.

Como bem ressaltam, Badaró e Bottini (2016, p.144), “nem todas as situações identificadas pela doutrina estrangeira como cegueira deliberada são equiparáveis ao dolo, ponderação importante para a lavagem de dinheiro, que apenas admite essa modalidade de tipicidade subjetiva.”

Portanto, a análise da decisão do julgamento, em questão, fora de grande relevância, especialmente, por ter sido a primeira vez que o instituto fora utilizado pelo Supremo Tribunal Federal, dando ensejo à maior aplicação da doutrina por tribunais inferiores, como se verá a seguir a partir da análise de certas decisões proferidas por ocasião dos processos criminais decorrentes da famigerada operação da polícia federal, a Lava-Jato.

2.4 Discussão da solução

De plano, repita-se a afirmativa que permeia esse trabalho: o Brasil não adotou a teoria da “cegueira deliberada” em seu ordenamento, nem majoritariamente em seus manuais, nem há um feixe considerável de decisões judiciais no sentido de aplicá-la amplamente. No entanto, desde o início do século XXI, academias europeias (com destaque para a espanhola) iniciaram o uso da doutrina.

De maneira geral, e feita a análise de legalidade, deve-se atentar aos julgados analisados no capítulo anterior, os quais demonstram a possibilidade de a cegueira deliberada consistir em hipótese de dolo eventual na práxis forense, sem que, no entanto, se confunda com esta.

Em diversos casos o ordenamento penal pátrio impõe deveres de cuidado, seja na lógica dos delitos omissivos, seja na imposição de deveres de garante, o Direito Brasileiro tem sim positivamente relevantes

Numa reflexão causal, é possível dizer que a omissão de um agente que não investiga suspeitas relacionadas a um fato relacionado com um tipo penal é causa de um delito? Certamente as omissões dolosas relacionadas diretamente com um ato ilícito são causa. No mesmo sentido, negligências quanto a tipos culposos. Em ambos os casos a legislação atribuiu

deveres, que são atribuídos justamente para evitar consequências; são verdadeiros deveres de cuidado com foco no desvalor do resultado.

Na “cegueira deliberada”, os deveres de cuidado estão obscuros por estarem alocados nas ações intermediárias apenas. Não se sabe seguramente se haverá resultado. Eventuais deveres de cuidado parecem vestidos com uma roupagem mais preventiva, em situações de perigo abstrato, em um âmbito pouco garantista.

O critério de previsibilidade de resultado está no parágrafo segundo, do artigo 29, do Código Penal brasileiro, ao dispor que a pena pode ser aumentada até na metade, na hipótese de ter sido previsível um resultado mais grave. Isso dá horizontes para uma espécie de imputação subjetiva: ainda que o dolo seja de praticar delito mais leve, o sistema cria um aumento de pena, imputando uma situação de dolo eventual.

Seria o caso em que é possível entregar ao agente responsabilidade penal majorada nas situações em que objetivamente um indivíduo médio teria cessado sua ação por visualizar lesão a um bem jurídico.

Não obstante os casos passíveis de enquadramento da figura da “cegueira deliberada”, nota-se que apesar de toda a lógica envolvida, os tribunais e julgadores brasileiros não se dedicaram adequadamente ao estudo do tema. Em vez de buscar estudar a estrutura do instituto, limitamo-nos à aceitação do modo de aplicação espanhol em sua realidade não atrelada a um conceito de dolo.

No âmbito da lavagem de ativos, especialmente, aceitar a aplicação da teoria da “cegueira deliberada” implica a imputação do delito, não só ao seu autor, mas também a quem voluntariamente se coloca em situação de desconhecimento diante de circunstâncias suspeitas, ou evita aprofundar sua percepção sobre os fatos (no caso, sobre a origem de bens e valores frutos do crime antecedente). De acordo com Badaró e Bottini (2016, p. 98), se o agente não quer conhecer a procedência dos bens, mas representa como provável sua origem delitiva ao realizar a conduta, estaria caracterizada a “cegueira deliberada”.

A grande maioria dos casos resolvidos no sistema *common law* pelo uso da teoria da cegueira deliberada seria assemelhada, nos países de sistema *civil law*, à argumentação baseada no dolo eventual. Em que pese a ausência de uniformidade quanto ao sentido da aplicação desta doutrina, é certo, no entanto, que a mesma não justifica ou permite sua utilização como recurso retórico para contornar o dever de motivar conclusões sobre a configuração do dolo delitivo ou para a facilitação probatória somente em prol da acusação.

Quando da utilização da ignorância deliberada na jurisprudência espanhola, Baltazar Júnior e Moro (2007, p.58), citando Ragués i Vallés, apontam diversas objeções que podem servir de parâmetro para a realidade brasileira, destacando-se:

- 1) não há uniformidade de entendimento que oscila do apontamento da culpa até a equiparação do dolo direto;
- 2) não há demonstração de necessidade e utilidade, já que não resta claro quais casos ela poderia resolver que não tivesse condições de antes já serem decididos pelos conceitos tradicionais de dolo direto, dolo eventual, culpa consciente e culpa inconsciente;
- 3) na prática, é utilizada para fundamentar condenações em que o órgão julgador não se esforça para colher provas do elemento subjetivo ou quando tais provas não existem no processo;
- 4) igualmente em casos concretos, a sua aplicação usualmente vem desacompanhada de fundamentação quanto aos elementos concretos de prova acerca da “cegueira deliberada”;
- 5) a dificuldade de prova da “alta probabilidade” da origem criminosa do bem, direito ou valor é ainda maior do que a de “previsão” exigida para o dolo eventual;
- 6) a doutrina parece criar uma forma de imputação subjetiva sem qualquer base legal, ferindo a legalidade;
- 7) muitas vezes representa um mero recurso retórico que permite afastar os deveres de motivação do juiz em relação à prova de delitos que apresentam penas altas, como o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro.

No entanto, com base no ordenamento espanhol (que é muito próximo ao brasileiro), conclui-se que, atualmente, a teoria da “cegueira deliberada”, da maneira como vem sendo aplicada pelo Tribunal Supremo daquele país pode ser na prática uma ferramenta útil, sobretudo para quem desempenha a função da acusação no processo, de maneira a evitar a impunidade em razão de déficits de imputação subjetiva.

Apesar disso, numa perspectiva teórica, esta equiparação cria problemas de adequação ao sistema vigente de responsabilidade subjetiva que distingue unicamente o dolo da culpa, além de suscitar dúvidas de proporcionalidade. A doutrina adverte também para o fato da exclusão do rol de crimes antecedentes com a edição da Lei n. 12.683/2012 pode atingir setores mais frágeis e despertar uma punibilidade excessiva.

Questiona-se a desproporcionalidade da aplicação do instituto, uma vez que a responsabilização por condutas distintas (ação e omissão) será a mesma. Baltazar Júnior e Moro, aduzem que, segundo as concepções de Estellita (2003), o princípio da proporcionalidade demanda a existência de proporcionalidade entre a gravidade da pena, a importância do bem jurídico tutelado e a gravidade do ataque a tal bem. Portanto, a questão de punir, na mesma intensidade, duas condutas claramente distintas quanto ao dolo de agir deve ser muito bem analisada para que se preserve o princípio da proporcionalidade.

Em que pese o razoável número de precedentes no direito penal brasileiro que aplicam a teoria da cegueira deliberada enquanto aliada do dolo eventual, há que se aprofundar a

reflexão. Trata-se de uma construção complexa e ao mesmo tempo flexível, podendo se ajustar conforme a orientação de cada ordenamento. No entanto, a flexibilidade não necessariamente é característica positiva de construções como essa.

Há, nesse caso, evidente falta de regulamentação e ausência, no ordenamento jurídico brasileiro, de vínculo jurídico estável para a cegueira deliberada, o que reflete em padrões diversos de aplicação. Percebe-se que os critérios de aplicação têm ficado a cargo de juízes e desembargadores conforme sua interpretação no caso concreto.

No mais, parece adequado o entendimento no qual, frente a lacuna deixada pela redação da Lei n. 12.683/2012, pode, ocasional e muito cuidadosamente, admitir o dolo eventual. Nesse sentido, necessária se faz a análise de cada caso, minuciosamente, haja vista que na maioria das vezes dizer que o autor assume o risco de que os bens ou valores sejam provenientes de condutas criminosas não parece razoável e nem suficiente para condenação sem que haja prova robusta.

Sendo aceita ocasionalmente a utilização da doutrina da cegueira deliberada, o primeiro requisito para sua aplicação deve ser o cabimento do dolo eventual na conduta delituosa, uma vez que, em caso contrário, a doutrina já restaria afastada. Após essa deliberação, deve ser adotado o que foi estipulado no direito penal brasileiro: a necessidade de se atentar para a efetiva situação suspeita e com alta probabilidade de que venha a ser criminosa, para depois reconhecer a voluntariedade do sujeito em se manter indiferente.

Por fim, essa teoria recente (para o Brasil) é adequada principalmente para a rediscussão de alguns aspectos importantes acerca da dogmática do tipo subjetivo, que pouco têm a ver com os casos levados a julgamento pelo Judiciário brasileiro. Portanto, para superar as já diversas barreiras existentes à importação da teoria, na lição de Ragués I Vallès o primeiro passo a ser superado é a falta de reflexão em seu uso. (BALTAZAR JÚNIOR E MORO, 2007)

3. CONCLUSÃO

A teoria da cegueira deliberada tem sido aplicada em diversos casos nos Tribunais, como exemplo o caso do mensalão, o qual fora o primeiro julgado em que o Supremo Tribunal Federal aplicou a teoria no país. Consoante à possibilidade de aplicação da teoria da cegueira deliberada em crimes de lavagem de dinheiro trouxe amplo avanço para o direito penal brasileiro, possibilitando o combate ao crime organizado, corrupção, dentre outros.

A aplicação da teoria da cegueira deliberada no direito penal brasileiro é recente, ao ser utilizado em casos em que houve grande repercussão nacional, tornou-se mais relevante e conhecida, a ideia desta teoria é a punição do agente em que se coloca em estado de ignorância, ou que finge não ver a procedência da origem ilegal dos bens, valores ou recursos, com o objetivo de auferir certa vantagem, sendo criada originalmente para repressão de crimes de lavagem de dinheiro. Esses delitos foram introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro através da Lei nº 9.613/98 que foi alterada pela nova redação da Lei nº 12.683/12, a mesma trouxe significativas modificações, tornando-se possível a aplicação do dolo eventual no branqueamento de capitais.

A doutrina da evitação da consciência tem sido aceita pela jurisprudência, como foi visto no julgado, que equipara o dolo eventual com a teoria, consentindo a responsabilização do agente a título doloso.

Apesar de não existir previsão legal no direito penal brasileiro, a mesma vem sendo aplicada como fundamentação em sentenças, tornando-se alvo de discursões entre juristas. A problemática em relação a possibilidade de aplicação da teoria no âmbito do dolo eventual permanece, visto que a dificuldade de previsão do dolo eventual e a proximidade com a culpa consciente, culpa essa que caracterizaria uma atipicidade de conduta por ausência de previsão legal, uma vez que a lavagem de dinheiro é penalizada apenas na modalidade dolosa.

Por mais que seja admitido o dolo eventual no branqueamento de capitais, não é suficiente a indicação que havia algum grau de suspeita possível e probabilidade alta de que essa suspeita mal investigada por parte do autor poderia configurar uma circunstância relevante à acusação do delito. Além do mais, a condenação no âmbito penal, não deve se contentar com a simples presunção do elemento subjetivo.

Esta teoria merece atenção e cautela, no ordenamento jurídico brasileiro, se mal aplicada, poderá causar sérios danos e desapreços aos princípios constitucionais, bem como, ao indivíduo acusado de infração penal. Contudo, a compatibilidade em alguns casos de ignorância deliberada com os de dolo, vem ocasionando um problema, no que se refere ao princípio da proporcionalidade, uma vez que, será punido da mesma forma aquele que tem absoluta ciência de sua conduta ilícita, da mesma forma será penalizado aquele que desconhece da conduta ilegal, ainda que deliberadamente. Os crimes de lavagens de capitais; tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas, corrupção são crimes complexos e não são fáceis de serem resolvidos.

Conclui-se que são necessários estudos e debates para conhecer melhor a teoria da cegueira deliberada a fim de se equiparar com o dolo eventual, visto que é o meio que permite

a aplicação da mesma. Além do mais, a teoria pode vir a ser um importante mecanismo para a condenação de agentes e também para evitar a propagação das decisões injustas.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique e CRUZ BOTTINI, Pierpaolo. **Lavagem de dinheiro: Aspectos penais e processuais penais**. 3 ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo; MORO, Sergio Fernando. **Lavagem de dinheiro: Comentários à lei pelos juízes das varas especializadas em homenagem ao Ministro Gilson Dipp**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

BRASIL. **Lei 9.613, de 03 de março de 1998**. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 03 mar.1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613compilado.htm. Acesso em: 05/12/2022

BRASIL. **Lei nº. 12.683, de 09 de julho de 2012**. Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 3 mar.1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12683.htm. Acesso em: 05/12/2022

CALLEGARI, André Luís. **Imputação Objetiva**: lavagem de dinheiro e outros temas do Direito Penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**: volume único / Renato Brasileiro de Lima - 5. Ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: JusPODIVM, 2017.